

O PAPEL DO ENFERMEIRO NA IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

Joyce Costa Ferreira¹
Luana Guimarães da Silva²

RESUMO

A violência obstétrica atualmente é uma problemática na realidade da saúde das mulheres, chegando a violar seus direitos e o processo de gestação, parto e puerpério. Tendo em vista que o papel dos profissionais da saúde, principalmente dos enfermeiros, é crucial nesse processo, o presente estudo visa analisar o papel do enfermeiro na atuação do combate à violência obstétrica, desde a prevenção, identificação e intervenção. Dessa forma, será realizada uma análise sucinta abordando as diferentes formas de violência obstétrica durante o ciclo gravídico puerperal com foco na caracterização dos tipos de violência e também serão propostas algumas formas de intervenção. O objetivo geral é analisar e descrever as diversas manifestações de violência obstétrica vivenciada por mulheres durante os períodos de parto e pós-parto, com foco na identificação e caracterização dessas formas de violência, além de propor estratégias preventivas e intervencionistas embasadas na atuação do enfermeiro, visando garantir uma assistência obstétrica humanizada e livre de violência. Este artigo foi composto através de uma revisão de literatura na qual pretende-se estudar os desafios e estratégias, os tipos de violência, seus impactos físicos, emocionais e sociais, além de uma forma de assistência humanizada e respeitosa por parte dos profissionais da saúde, de forma a prevenir e combater esse tipo de violência e de garantir um ciclo gravídico ideal para as mulheres, independente de qualquer tipo de manifestação pessoal de pensamento ou julgamentos que remetam nível de escolaridade, cor, faixa etária, entre outros. Pretende-se alcançar como resultados uma maneira de aumentar o debate sobre o tema, incentivar a criação de políticas públicas e explorar sua relevância aumentando-a, resultando, assim, na colaboração da construção de uma sociedade mais justa e na transformação das práticas obstétricas pelos profissionais da saúde que atuam diretamente nessa área, gerando como resultado principal uma assistência de qualidade para as gestantes desde o primeiro contato com a instituição de saúde até o momento do pós-parto.

Palavras-chave: violência obstétrica; assistência humanizada; ciclo gravídico puerperal; enfermagem.

INTRODUÇÃO

A Violência Obstétrica (VO), é um desafio na saúde da mulher e impacta de forma negativa na sua experiência na fase de gestação, gravídico e puerperal, o chamado ciclo gravídico puerperal. A violência obstétrica contra a mulher abrange diversas situações como a violência física, ocorrida por uma prática ou intervenção desnecessária ou sem o consentimento da mulher com a utilização de soro com ocitocina, episiotomia, manobra de Kristeller, uso de fórceps, privação de comer ou beber, se movimentar ou escolher a posição em que quer parir, cesariana sem indicação, entre outras (SBMFC, 2020).

Nesse contexto, vale ressaltar a importância do papel que os enfermeiros exercem, seja na identificação dessa forma de violência, seja no processo de intervenção, seja na conscientização e sua atuação, Tendo em vista que, a equipe de enfermagem passa a maior parte da sua carga horária de trabalho em contato com os pacientes, é notória sua maior disposição para desenvolver o trabalho de advocacia em enfermagem. Podendo assim, planejar e implementar suas intervenções frente à população que passa pelo processo de gestação e parto, enfatizando as particularidades de cada paciente (Ito *et al.*, 2021).

No presente estudo serão discutidos os diversos tipos de violência obstétrica e seus impactos na mulher, que vão desde os fatores psicológicos até os sociais, além dos desafios da enfermagem nas formas de abordagem e nas estratégias intervencionais, visando sempre ofertar um cuidado humanizado durante todo o ciclo. Ao refletir sobre a assistência de enfermagem e as práticas recomendadas para o combate à violência no campo obstétrico, surge uma questão de pesquisa fundamental: Quais são os desafios na caracterização da violência obstétrica? Além disso, é essencial compreender: Qual o papel do enfermeiro na prevenção, caracterização e intervenção da Violência Obstétrica?

Os casos de violência obstétrica são um dos maiores desafios enfrentados na sociedade brasileira nos últimos anos, pois a incidência de casos em que ocorrem vem aumentando, perante isso nas palavras de Lansky *et al.*, (2019), É papel da Enfermagem ampliar o conhecimento sobre as violências, promover as mudanças necessárias com ênfase no cuidado centrado na necessidade da mulher e assegurar o acesso às boas práticas e o respeito a seus direitos de autonomia e de decisão.

Segundo Silva *et al.*, (2020), É relevante que o processo da maternidade seja esclarecido pela enfermagem como sendo um novo ciclo a ser vivenciado pela mulher. As consultas referentes ao período do pré-natal devem ser incentivadas e assistidas com dedicação e interesse. As queixas da gestante devem ser sanadas e suas dúvidas serem esclarecidas. Ressalta-se que o período de 'a gestão e o parto' é compreendido como sendo "um marco referencial que consagra a abrangência do papel feminino".

O objetivo geral deste trabalho é analisar e descrever as diversas manifestações de violência obstétrica vivenciada por mulheres durante os períodos de parto e pós-parto, com foco na identificação e caracterização dessas formas de violência, além de propor estratégias preventivas e intervencionistas embasadas na atuação do enfermeiro, visando garantir uma assistência obstétrica humanizada e livre de violência. Os objetivos específicos desta pesquisa são identificar e categorizar os tipos de violência obstétrica na prática clínica, descrever seus efeitos físicos, emocionais e sociais nas mulheres, e elaborar estratégias para conscientizar profissionais de saúde, gestores e a sociedade sobre a importância de identificar e prevenir essa violência, promovendo um atendimento obstétrico mais respeitoso e seguro.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A violência obstétrica é um fenômeno complexo e multifacetado que se manifesta de diversas maneiras durante o processo de gestação, parto e pós-parto. Ela engloba atitudes, práticas, abusos e maus-tratos, tanto físicos quanto emocionais, que desrespeitam os direitos das mulheres, comprometendo sua saúde física e psicológica, bem como sua autonomia durante o parto. É uma forma de violência de gênero, onde as mulheres, por estarem em uma situação de vulnerabilidade, são muitas vezes tratadas de maneira desumana, negando-lhes a dignidade e o direito ao consentimento informado sobre os procedimentos a serem realizados (Lansky *et al.*, 2019).

Podendo-se manifestar de diversas formas, sendo dividida em física, psicológica, verbal e institucional. Violência física envolve práticas como a episiotomia rotineira e o uso de fórceps sem indicação médica clara, que prejudicam fisicamente a mulher e podem gerar traumas durante o parto. Já a violência psicológica diz respeito à desqualificação e ao desrespeito às emoções da mulher, por meio de atitudes como ameaças, humilhações e a negação de um ambiente de apoio. A violência verbal é caracterizada pelo uso de palavras agressivas e/ou desrespeitosas, como críticas sobre o corpo da mulher ou sua capacidade de lidar com a dor, o que pode afetar profundamente sua autoestima e confiança (Molla, 2022). Além disso, a violência institucional ocorre quando os serviços de saúde oferecem um atendimento desumanizado, muitas vezes sem respeitar os direitos da mulher, como o direito de escolher o tipo de parto ou de receber informações claras sobre os procedimentos (Trajano *et al.*, 2021).

Para Ito *et al.*, (2021) os efeitos da violência obstétrica podem ser devastadores para as mulheres, afetando sua saúde física, emocional e social. Fisicamente, os abusos durante o parto podem causar lesões, infecções e complicações que afetam o processo de recuperação. A episiotomia, por exemplo, pode causar danos irreversíveis no períneo, resultando em incontinência urinária e fecal, além de disfunções sexuais. Psicologicamente, a violência obstétrica pode levar ao desenvolvimento de distúrbios emocionais como transtornos de estresse pós-traumático (TEPT), depressão pós-parto e distúrbios de ansiedade. Estudos apontam que as mulheres que experienciam violência obstétrica durante o parto frequentemente relatam sentimentos de impotência, medo e revitimização.

No aspecto social, a violência obstétrica compromete a relação da mulher com o sistema de saúde, gerando desconfiança e medo, o que pode dificultar futuras experiências de cuidado médico. Além disso, a percepção da mulher sobre sua experiência de parto influencia seu vínculo com o bebê e sua adaptação ao novo papel de mãe. A violência obstétrica pode resultar em sentimentos de rejeição e fracasso, impactando negativamente o vínculo afetivo mãe-filho (Sousa *et al.*, 2022).

Além disso, é necessário fomentar a conscientização da sociedade sobre a violência obstétrica. Isso pode ser feito por meio de campanhas educativas, promovendo o empoderamento das mulheres, e incentivando-as a conhecer seus direitos durante o parto. A mídia e as redes sociais desempenham um papel importante na divulgação de informações e no empoderamento das mulheres, criando um ambiente onde a violência obstétrica seja reconhecida e combatida de maneira eficaz (Katz *et al.*, 2020).

A violência obstétrica é um grave problema de saúde pública que impacta diretamente a saúde física, emocional e social das mulheres, e a implementação de medidas de conscientização e de protocolos baseados em direitos humanos são fundamentais para a transformação da prática obstétrica, garantindo que todas as mulheres tenham acesso a um atendimento respeitoso e seguro durante o parto. A luta contra a violência obstétrica é um desafio coletivo que envolve profissionais de saúde, gestores, mulheres e toda a sociedade, e deve ser enfrentado com urgência e compromisso.

METODOLOGIA

O presente estudo adota o modelo de pesquisa qualitativa com o intuito de desenvolver um embasamento teórico ligado a diversas bibliografias como artigos científicos, revistas e livros acerca do tema abordado: violência obstétrica, pois segundo (Creswell, 2010) A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados. O relatório final escrito tem uma estrutura flexível. Aqueles que se envolvem nessa forma de investigação apoiam uma maneira de encarar a pesquisa que honra um estilo indutivo, um foco no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de uma situação.

Ainda sobre o modelo qualitativo é mister salientar que Uma das principais razões para se conduzir um estudo qualitativo é que o estudo é exploratório. Isso em geral significa que não foi escrita muita coisa sobre o tópico ou sobre a população que está sendo estudada, e que o pesquisador procura ouvir os participantes e desenvolver um entendimento baseado nas ideias deles (Creswell, 2010). Nesse sentido será explorado diversas fontes que servirão de base para o engrandecimento do estudo sobre a violência obstétrica.

A revisão de literatura foi a escolhida para sistematizar as informações necessárias para o presente estudo, uma vez que sua utilização garante de forma ordenada todos os elementos teóricos que serão estudados e que contribuirão para o desenvolvimento do tema. A forma de refinamento das buscas pelo acervo teórico fora realizada através de mecanismos de buscas na internet, conforme salienta (Gil, 2008) A internet constitui hoje um dos mais importantes veículos de informações. Não se pode deixar de lado as possibilidades desse meio. Ocorre, porém, que existe na Internet, mais do que em qualquer outro meio, excesso de informações. Daí a conveniência de utilização de sistemas de busca, que podem ser de três categorias: mecanismos de busca, diretórios e mecanismos de metabusca.

Para a seleção das palavras-chaves utilizados na pesquisa, foram consultados os vocabulários no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH), a

fim de garantir a padronização e precisão na escolha dos termos relacionados ao tema estudado. Esta revisão foi realizada seguindo cinco etapas: Estabelecimento do problema a ser discutido, busca da literatura, categorização dos estudos, avaliação dos estudos, interpretação e apresentação dos resultados.

Na primeira etapa foi delimitada a questão-problema a ser debatida: O Papel do Enfermeiro na Identificação, caracterização e intervenção da Violência Obstétrica. Após ser delimitada a questão, fora realizada uma busca da literatura de artigos e outras fontes nos bancos de dados citados: Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde LILACS, utilizando-se os seguintes termos de pesquisa “violência obstétrica”. Os critérios de inclusão foram: artigos científicos, teses, dissertações, no idioma português e no período de 2019 a 2023. foram excluídos os artigos duplicados, artigos que antecederam as datas estipuladas e artigos cujo assunto principal não está relacionado ao tema da pesquisa.

O seguinte fluxograma demonstra como foi realizado o processo de seleção dos artigos:

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção de artigos



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

RESULTADOS

Conforme os resultados obtidos pelas buscas nas bases de dados citadas anteriormente e conforme a aplicação dos critérios de exclusão, foram selecionados os seguintes estudos para o embasamento teórico desta revisão de literatura.

Quadro 01. Síntese das publicações utilizadas na revisão teórica

Autores	Título	ano	Idioma	Tipo de estudo	Objetivo
CASTRO <i>et al.</i>	Violência obstétrica na percepção de puérperas em uma maternidade pública do norte do Brasil	2023	Inglês, Português	Descritivo exploratório e quantitativo	Verificar a ocorrência de violência obstétrica em uma maternidade pública de uma capital norte-brasileira, na percepção de puérperas.
GOMES <i>et al.</i>	Concepção de puérperas sobre violência obstétrica: Revisão integrativa	2022	Inglês, Português	Revisão integrativa/	Descrever a concepção de puérperas sobre violência obstétrica.
ALMEIDA <i>et al.</i>	Percepção das puérperas de um hospital materno infantil sobre a violência obstétrica no estado de Roraima	2022	Inglês, Português	pesquisa-ação com abordagem qualitativa e exploratória	analisar a percepção das puérperas sobre condutas que soam como agressão durante o trabalho de parto, na visão das puérperas, em Boa Vista, Estado de Roraima.
GOMES <i>et al.</i>	O saber de estudantes da área de saúde sobre violência obstétrica: Revisão integrativa	2022	Inglês, Português	Revisão integrativa	Analisar o que versa a literatura sobre o saber de acadêmicos da área de saúde sobre violência obstétrica.
NASCIMENTO <i>et al.</i>	Vivências sobre violência obstétrica: Boas práticas de enfermagem na assistência ao parto	2022	Inglês, Português	Pesquisa exploratória e descritiva	O presente estudo objetivou compreender o papel dos enfermeiros na prevenção da violência obstétrica no parto.
SOUSA <i>et al.</i>	Violência obstétrica: fatores desencadeantes e medidas preventivas de enfermagem	2022	Inglês, Português	Revisão de literatura	Caracterizar os fatores que ocasionam a violência obstétrica e a importância da enfermagem no desenvolvimento de medidas preventivas.

Autores	Título	ano	Idioma	Tipo de estudo	Objetivo
TRAJANO <i>et al.</i>	Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto	2021	Português	Pesquisa exploratória com abordagem qualitativa	Analisar a violência obstétrica por meio da perspectiva de gênero.
MATOS <i>et al.</i>	Violência obstétrica e trauma no parto: o relato das mães	2021	Português	Estudo de caso coletivo	Investigar a experiência denominada violência obstétrica no relato de mães.
SENS <i>et al.</i>	A percepção dos médicos sobre as dimensões da violência obstétrica e/ou institucional	2019	Português	Pesquisa qualitativa	Identificar a percepção de médicos que acompanham partos, em uma maternidade pública, humanizada e de ensino
SILVA <i>et al.</i>	Violência obstétrica: a abordagem da temática na formação de enfermeiros obstétricos	2020	Português	Estudo descritivo, de abordagem qualitativa	Construir o Discurso do Sujeito Coletivo de Enfermeiros pós-graduandos em Enfermagem Obstétrica sobre a violência obstétrica.
ZANCHETTA <i>et al.</i>	Ampliando vozes sobre violência obstétrica: recomendações de advocacy para enfermeira(o) obstetra	2021	Português	Pesquisa multicêntrica	Explorar as demandas das mulheres, bem como do público em geral, para melhorar a qualidade da assistência obstétrica; discutir as mudanças potenciais sugeridas pelos respondentes para tal prática assistencial.
RODRIGUES <i>et al.</i>	Incidentes na assistência das parturientes e recém-nascidos: perspectivas das enfermeiras e médicos	2021	Português	Pesquisa qualitativa	Descrever os incidentes na assistência das parturientes e recém-nascidos, seus fatores contribuintes e medidas preventivas na perspectiva das enfermeiras e médicos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

A partir da leitura dos estudos, foi destacado que a variedade de autores demonstram o quão é necessária a discussão sobre a violência obstétrica, que é crucial para a evolução das práticas de saúde e para o respeito aos direitos das

mulheres. A diversidade de perspectivas e experiências relatadas nos estudos destaca a necessidade de uma abordagem multidisciplinar para entender e combater a violência obstétrica.

De acordo com Silva *et al.*, (2020), é essencial que a formação dos enfermeiros aborde de maneira mais abrangente a violência obstétrica. Os enfermeiros, ao serem bem instruídos, não apenas participam ativamente na experiência das pacientes, mas também desempenham um papel crucial ao proporcionar um atendimento de saúde de alta qualidade, que é um direito de todas as mulheres. A educação adequada das mulheres é um fator determinante para a diminuição da incidência de violência obstétrica, reforçando o papel vital dos enfermeiros em formação na transformação da realidade social e na redução desse tipo de violência.

A maioria dos estudos selecionados ocorreram no Brasil, entre os anos de 2019 a 2023, sendo que 2022 foi o ano com mais números de estudos sobre o tema abordado, o que demonstra a existência de um interesse crescente pelo assunto e, conseqüentemente o aumento da relevância da problemática e da necessidade de haver um debate cada vez mais difundido sobre a violência obstétrica e suas diversas manifestações, conforme especificado no quadro 2. Vale frisar que o número de buscas de artigos foi maior, mas para fins de demonstração estão sendo considerados apenas os artigos selecionados nesta revisão literatura com base nos critérios de exclusão.

Quadro 2. Quantidade de estudos sobre o tema violência obstétrica por ano.

Quantidade de estudos sobre o tema	
Ano	Número de artigos
2019	1
2020	1
2021	4
2022	5
2023	1

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Com base nos artigos analisados, observou-se que há uma variação dos tipos de violência obstétrica praticados contra as mulheres, sendo que o destaque vai

para a violência física e emocional. constatou-se ainda que muitas das mulheres que foram entrevistadas em alguns dos trabalhos analisados, desconheciam o que era violência obstétrica (VO), porém após serem informadas sobre a existência desse tipo de violência, afirmaram que já sofreram, fato que revela que há uma lacuna de informações sobre essa vertente de violência e que o conhecimento das mulheres no que tange a VO ainda é superficial, e a inexistência de um atendimento humanitário faz com que as gestantes se sintam inferiores.

Em uma pesquisa realizada em um hospital materno infantil, foram entrevistadas algumas mulheres acerca do conhecimento sobre violência obstétrica e o resultado demonstrou que a maioria das gestantes não tinham conhecimento do que é VO e que a mesma maioria, após informadas sobre a conceituação de VO, afirmaram já terem sofrido algum dos tipos de violência citados.

Quadro 3. Percepção das puérperas sobre a violência obstétrica

Sobre o tema	Sim	%	Não	%
Você tem conhecimento do que é uma violência obstétrica?	14	28	36	72
Durante o seu pré-natal você foi informada sobre a violência obstétrica? E como evitar esse tipo de violência?	05	10	45	90
Você já sofreu alguma violência obstétrica?	19	38	31	62

Fonte: Almeida JV, Oliveira EM et al. Percepção das puérperas de um hospital materno infantil sobre a violência obstétrica no Estado de Roraima. R Pesq Cuid Fundam [Internet]. 2022.

Em muitos casos a desinformação transmite para a mulher a sensação de que ela está recebendo algum tipo de favor do sistema de saúde, ao invés de estar exercendo um direito seu. A mulher deve ser encorajada a conhecer o funcionamento do seu corpo, deve ser esclarecida sobre o que irá acontecer durante o seu trabalho de parto e compreender que a dor faz parte do momento do nascimento do seu filho. As informações que serão passadas para a mulher são de extrema importância para que ela consiga compreender o que sucederá no momento de dar à luz; redigir um Plano de Parto lhe traz essas informações e conseqüentemente maior segurança na hora do parto (Gomes *et al.*, 2019).

Perante a análise dos artigos presentes neste trabalho, fora constatado o embasamento teórico que se dividiu em três etapas específicas e em algumas subetapas, são elas: a forma como a violência obstétrica está presente no cotidiano feminino e suas formas de manifestações; o papel do enfermeiro nos casos de violência obstétrica e algumas estratégias para que a problemática seja reduzida.

DISCUSSÃO

A violência obstétrica é definida como qualquer ação de negligência ou violência física, psicológica e sexual executada contra a mulher no período da gestação, parto, puerpério e abortamento (Henriques, 2021). Dessa forma pode ser observado que a violência obstétrica se manifesta de diversas formas, inclusive pela perspectiva institucional, quando a mulher é mal atendida pelo sistema de saúde, recebe informações incompletas ou até mesmo quando há a recusa de receber informações ou quando sofre procedimentos médicos desnecessários e/ou invasivos. Nessa perspectiva, consiste na apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde (médicos e não médicos), através de tratamento desumanizado, maus-tratos, abuso da medicalização sem o consentimento explícito da mulher e a patologização dos processos naturais, causando perda da autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, tendo impacto negativo em sua qualidade de vida (Katz *et al.*, 2020).

A violência obstétrica pode ser conceituada de várias formas: violência física, violência verbal, violência psicológica, violência institucional, violência sexual. A ocorrência da violência obstétrica pode ser desencadeada por fatores relacionados ao tempo de permanência da parturiente na unidade de saúde após o parto, principalmente, em decorrência do surgimento de complicações, além do tipo de parto, estrutura da unidade, presença do acompanhante, sobretudo, do sexo do masculino e do sexo do profissional que acompanha o processo de pré-natal, parto e puerpério, ademais do período do dia de ocorrência do parto (Molla *et al.*, 2022).

Violência física pode ser interpretada de diversas maneiras, por exemplo intervenções invasivas e sem o devido consentimento, toques invasivos, manobra de Kristeller, uso de ocitocina, privação de alimentos e outras condutas que violem os direitos da mulher. Se retrata também como forma de violência física, a negação de métodos não farmacológicos para alívio da dor, sendo eles: banho de imersão e aspersão, massagens lombares, técnicas de respiração, uso de bolas de nascimento, aromaterapia e musicoterapia, entre outros (Castro *et al.*, 2020).

A violência obstétrica também pode englobar a violência verbal, nas ocasiões de falas constrangedoras, ofensivas sobre a sexualidade, número de filhos, cor, religiosidade ou escolhas em relação ao parto (SBMFC, 2020). A utilização de

linguagem indevida ou até mesmo proferidas de forma errônea por parte dos profissionais da saúde podem gerar traumas emocionais nas mulheres, além de ocasionar um clima de hostilidade e afetar diretamente no bem-estar das gestantes.

A violência psicológica pode ser resultado de comentários inadequados ou desrespeitosos, humilhações, impedimento de acompanhante-, gerando a falta de apoio emocional-, falta de consideração com as escolhas da mulher.

A violência institucional é reflexo de más políticas e más estruturas dos sistemas de saúde, falta ou recusa de acesso aos serviços de saúde, além de estruturas físicas precárias e algumas vezes insalubres e violação dos direitos da mulher durante o seu período de gestação.

Todos os estudos demonstraram que o conhecimento acerca da VO é limitado e apenas uma minoria de entrevistadas sabiam da existência do termo, isso demonstra que há uma lacuna de informações sobre tema, ainda que haja um crescente interesse pelo mesmo.

Para algumas mulheres a conduta dos profissionais da saúde, mesmo que caracterizadas como VO, são apenas procedimentos de rotina, pois há nos profissionais da saúde algum tipo de confiança pré-definida. Ou seja, há uma problematização que envolve o protagonismo da mulher durante o parto e até mesmo a sua medicalização. Algumas mulheres relatam que não conheciam o que era violência obstétrica, porém, após serem informadas sobre o que é esse tipo de violência, perceberam já terem sido vítimas.

É fato que agressões verbais, físicas, psicológicas e os procedimentos médicos desnecessários são formas de violência obstétrica, porém não são fatores percebidos pelas gestantes que desconhecem a existência do termo. Além do mais, diversos estudos demonstram haver uma correlação entre fatores sociodemográficos. Mulheres mais jovens, com menor nível de escolaridade e uma renda inferior a dois salários mínimos têm uma probabilidade maior de serem tratadas com desrespeito e sofrerem algum tipo de agressão psicológica, há alguns estudos que defendem que essa probabilidade se torna ainda maior caso a gestante seja negra.

O enfermeiro obstétrico desempenha um papel fundamental no processo gestacional e sua atuação pode e deve ser ativa em se tratando do processo de combate a violência obstétrica, principalmente quando se aborda a dimensão da

prevenção. Diante dessa percepção, a participação de enfermeiros obstétricos na assistência ao trabalho de parto, parto e puerpério está ligada, diretamente, à qualificação do cuidado prestado. Ressalta-se a redução de práticas interventivas desnecessárias, indo ao encontro do movimento de humanização da assistência ao binômio mãe-filho no ciclo gravídico puerperal (Castro *et al.*, 2020). A enfermagem presta cuidados integrais e contínuos aos indivíduos, desde o seu estado mais estável ao mais crítico e, para isso, é de suma importância a utilização da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) que lhe permite prestar uma assistência mais qualificada e organizada (Cabral *et al.*, 2021). Durante o período de pré-natal, o enfermeiro tem a obrigação de informar à gestante sobre quais são os seus direitos e oferecer orientações básicas sobre o processo de parto, frisando que a ela cabe uma autonomia acerca da tomada de decisão em relação a alguns procedimentos relacionados ao parto. Essas atitudes garantem uma autonomia à gestante e contribuem para que aja uma redução nos índices de violência obstétrica, revelando que a capacitação dos enfermeiros podem resultar em uma conduta de acolhimento e segurança para a gestante, portanto espera-se desses profissionais um pensamento crítico na hora de acompanhar o processo gestacional e emitir diagnósticos de vulnerabilidades, pois a partir do diagnóstico de vulnerabilidades, risco e violação de direitos, o plano de cuidados é traçado frente às particularidades da gestante (Ito *et al.*, 2021).

É relevante salientar que o profissional da enfermagem tem a sua formação acadêmica e sua atividade final baseadas no cuidado e, portanto, devem estar sempre atentos a questões como prevenção a violência, orientações sobre as condutas as quais a paciente serão submetidas e, inclusive, aquelas que se caracterizam como negativas ou abusivas. Também é fundamental ressaltar que cada intervenção ou tratamento realizados devem ser explicados assim como os seus possíveis riscos ou complicações. Dessa maneira, há uma forma de garantir direitos que se estabelecem às gestantes. Diante dessa percepção, a participação de enfermeiros obstétricos na assistência ao trabalho de parto, parto e puerpério está ligada, diretamente, à qualificação do cuidado prestado. Ressalta-se a redução de práticas interventivas desnecessárias, indo ao encontro do movimento de humanização da assistência ao binômio mãe-filho no ciclo gravídico puerperal (Castro *et al.*, 2020).

algumas ações que podem ser adotadas pelo enfermeiro no pré-natal e no pós-parto e que são capazes de estreitar a distância entre o paciente e a assistência obstétrica são: ser atencioso ao ouvir as pacientes, conversar de forma empática, ter humanidade (principalmente em casos de gravidez na adolescência e em mulheres que pertencem a outros grupos de vulnerabilidade) evitando preconceitos, supervisionar em casos de VO ou suspeita de VO. Isso tudo é condição necessária para um atendimento de qualidade, com ética e direitos humanos. Cabe aos profissionais de enfermagem envolvidos com o trabalho de parto atuar de forma holística e humanizada, compreendendo as nuances deste momento único na vida da mulher, reduzindo potenciais danos e evitando ações que se materializem em atos de violência, devendo saber como evitá-los (Castro *et al.*, 2020).

Uma outra abordagem que contribui para a redução da violência obstétrica e que é um desafio para a área da saúde é a questão do trabalho em equipe, pois envolve todo um sistema de recursos humanos e materiais.

Alguns dos artigos analisados enumeraram como possíveis causas para violência obstétrica questões como ambientes de trabalho precários, baixo efetivo de equipe de atendimento vs elevado número de pacientes, falta de materiais necessários para um atendimento de qualidade, sobrecarga de serviços e baixa remuneração como fatores que geram estresse na equipe de trabalho e resultam, assim, na falta de motivação para prestação de um serviço de qualidade. Porém a ausência de equipamentos, precariedades físicas, os baixos salários, a ausência de gerenciamento de processos técnicos e de gestão não dão sustentação para justificar o uso da prática de Violência Obstétrica pelos profissionais de saúde e expor a mulher à ausência da manutenção da dignidade e da privacidade. Assim como, reduzir a capacidade do hospital/maternidade em ofertar o melhor atendimento possível, considerando as evidências científicas (Leite *et al.*, 2022).

Outros artigos analisaram a justificativa das práticas conceituadas como VO sob o aspecto da normalidade e com o pretexto de que o conhecimento técnico dos profissionais e a falta dele por parte das pacientes é o que justifica as atitudes de autoritarismo em decisão as escolhas de técnicas e modos de agir, subordinação da mulher para atender as práticas a elas impostas, negligência com cuidados e falta de observância aos direitos humanos de a legislação que protege as mulheres. Esses fatores são adotados por partes de profissionais da saúde que ou as exercem ou

compactuam com sua prática, inserindo, assim, a mulher como um ser passivo e sem vontade ou controle algum sobre o seu corpo. A exemplo pode-se afirmar que a enfermagem pode adotar técnicas perineais durante a segunda fase do trabalho de parto como massagem perineal, compressas quentes ou frias e manejo perineal, para reduzir o trauma perineal e a lacerações de terceiro e quarto grau e bem como a episiotomia (Zaami *et al.*, 2019), mas embora aja essa e outras práticas que podem ser adotadas por livre escolha dos profissionais outras manobrar e técnicas consideradas invasivas e violadoras não são aceitas.

Nesse âmbito, algumas medidas e ações necessárias para garantir qualidade no atendimento podem ser adotadas pela equipe, favorecendo mudanças no cenário atual da violência obstétrica as quais seriam: trabalho em equipe com foco na cooperação e comprometimento de todos os membros, além do tratamento respeitoso, capacitação profissional continuada, gestão com foco na qualidade de trabalho dos agentes e em melhorias na estrutura da instituição. De acordo com alguns estudos que abordaram o tema da qualidade de trabalho e trabalho em equipe, com essas mudanças a equipe profissional trabalharia de maneira mais motivada e comprometida. Assim, será possível, a enfermagem implementar um Plano de Cuidados, no sentido de traçar as melhores orientações relacionadas aos problemas encontrados desde o momento da admissão até o pós-parto (Souza *et al.*, 2021).

Essas mudanças no cenário atual de atendimento e no modelo de assistência obstétrica focando na colaboração e motivação dos profissionais pode elevar a qualidade assistencial e redução dos casos de VO, pois um dos maiores problemas enfrentados na área da saúde são a deficiência do sistema de saúde tanto no aspecto dos agentes que a ele servem e que muitas vezes são obrigados a acumular funções visando um maior lucro, pois a remuneração é baixa, como no aspecto da estrutura física e operacional que não oferece em muitos casos materiais suficientes para atender as demandas operacionais e sobrecarga das mesmas.

Um ambiente que prioriza o cuidado contínuo, a troca de informações, o cuidado humanizado e mecanismos tecnológicos funcionais são essenciais para um ambiente de trabalho em equipe motivado.

O desconhecimento sobre os direitos assegurados por lei muitas das vezes insere a mulher em uma posição de submissão e aceitação aos métodos a ela

impostos, portanto é necessário que sejam adotadas medidas de educação para as usuárias do sistema de saúde, que a elas sejam apresentadas informações sobre a violência obstétrica e suas formas de identificação e combate, uma vez que em muitos relatos foram constatados o desconhecimento das práticas de VO, mas que após serem educadas acerca da sua existência, grande parte das pacientes informou já ter sido vítima de algum dos tipos de violência. Assim, torna-se importante com vistas a mudar essa situação, que as puérperas obtenham conhecimento sobre a violência obstétrica, com ampla divulgação de informações e esclarecimentos sobre o assunto, à população, pois oportuniza o reconhecimento do fenômeno e a denúncia (Silva *et al.*, 2019).

Ações que despersonalizam a mulher, fazendo-a assumir um papel de mero objeto de intervenção são responsáveis por promoverem inseguranças no parto e no cuidado, gerando, inclusive, impactos nos primeiros momentos de interação da mãe com o bebê. Fica evidenciado, portanto, que a gestante se encontra em situação de vulnerabilidade por não conhecer seus direitos e por não possuir informações sobre os cuidados que a ela devem ser dirigidos, cabendo ao enfermeiro e aos demais profissionais da saúde essa responsabilidade. Complementando, ficou demonstrado em alguns estudos que a comunicação entre a equipe de trabalho e mulher (educação em saúde) durante o processo de gestação é um processo fundamental para gerar o empoderamento das gestantes e garantir a elas um atendimento de qualidade. Salienta-se também a importância da mulher entender as formas de violência obstétrica, a educação em saúde ganha destaque por promover momentos informativos às gestantes (Castro *et al.*, 2020).

É direito das mulheres obterem informações sobre os procedimentos a que serão submetidas, sobre a existência da VO e sobre seu estado de saúde, sempre de forma respeitosa, clara e objetiva. Ademais, faz-se necessária a abordagem da temática no curso de graduação, a fim de instigar o olhar clínico/crítico do futuro profissional, capacitando-o para o desempenho efetivo da prevenção da violência obstétrica no ambiente em que for inserido (Ito *et al.*, 2021).

A representação social da violência obstétrica sob a ótica de puérperas e profissionais de saúde é evidenciada de formas diferentes. Os profissionais de saúde percebem a violência obstétrica pelo prisma técnico, associando-a às falhas técnicas na execução do trabalho, como a realização de procedimentos sem evidências

científicas. Já as puérperas representam a violência obstétrica como a perda de seus direitos e nos modos grosseiros que trivialmente são tratadas (Castro *et al.*, 2020).

Tendo em vista o cenário atual em que se inserem as mulheres vítimas de violência obstétrica e visando reduzir os números de casos desse tipo de ação, faz-se necessário a criação e implementação de ações educacionais. Garantir um atendimento contínuo, monitoramento e documentações regulares de eventos clínicos e comunicação clara, empática e respeitosa entre profissionais de saúde e clientes é essencial (Zampas *et al.*, 2020). A criação de programas educacionais para as mulheres, políticas assistenciais qualificadas que visem atender como foco principal as mesmas, porém que envolvam os profissionais da saúde, os gestores e a sociedade, resultando em uma responsabilização coletiva podem contribuir positivamente e estrategicamente para atingir esse fim.

As práticas educativas são importantes para transformar a visão da população e desenhar estratégias para que os enfermeiros possam advogar em defesa dos direitos das mulheres. O vínculo gerado entre o profissional e o paciente é uma estratégia importante para atingir o foco de redução da VO além de preencher as falhas assistenciais e inserir ações que promovam a saúde. Outras ações que podem ser adotadas seriam aquelas que resultem na transformação da visão das mulheres, aumentando sua autoestima e sua autonomia e buscando romper o chamado ciclo do silêncio e a incrementação da assistência humanizada para a erradicação da violência institucional.

É essencial a reestruturação das unidades hospitalares de atendimento às gestantes, tendo como objetivo uma prestação de serviço de qualidade, regularizada e especializada conforme as particularidades apresentadas pelas gestantes, atendimento humanizado, com profissionais capacitados e que não viole os direitos dos profissionais de saúde, a manutenção da ética profissional e que possam servir de modo seguro e respeitoso (Orso *et al.*, 2021).

No entanto, apesar da existência de estratégias que promovam a humanização do parto e a redução da violência obstétrica, pouco tem sido feito com relação ao dimensionamento de profissionais na assistência e a estrutura dos serviços de saúde (Oliveira *et al.*, 2021), fato que não pode ser ignorado uma vez que a estrutura dos serviços e a atuação dos profissionais são peças estratégicas para que

se atinja o atendimento de excelência. Embora em muitos locais essa realidade absoluta não tenha sido alcançada ainda é sempre importante destacar que o profissional de enfermagem deve realizar boas práticas obstétricas durante o parto e o nascimento, com o intuito de prevenir a violência obstétrica. Dessa forma, observou-se a importância da prática do acolhimento digno e de respeito, no que se refere à apresentação do profissional, explicar o papel do enfermeiro nos cuidados, o apoio físico e emocional, o fornecimento de condições adequadas de ambiente para que a mulher sintasse-se à vontade, bem como proporcionar uma escuta ativa, a saber, dúvidas ou preocupações sobre o trabalho de parto e assim para promover o controle da ansiedade, visto que nesse momento é comum a mulher vivenciar esses sentimentos (Castro *et al.*, 2020). E essas prioridades devem ser atendidas estando o profissional motivado ou não.

Diante dessa percepção, a participação de enfermeiros obstétricos na assistência ao trabalho de parto, parto e puerpério está ligada, diretamente, à qualificação do cuidado prestado. Ressalta-se a redução de práticas interventivas desnecessárias, indo ao encontro do movimento de humanização da assistência ao binômio mãe-filho no ciclo gravídico puerperal (Castro *et al.*, 2020).

Para que ocorra a redução total da violência obstétrica, alguns obstáculos devem ser superados. O primeiro contato com a violência obstétrica é justamente a violência institucional, quando a mulher gestante tem o acesso aos serviços de saúde oferecidos de forma restrita por não encontrar vagas na rede pública ou por algum outro motivo relacionado a grupo de vulnerabilidade social e outras questões.

Um segundo obstáculo está relacionado a formação acadêmica dos médicos, que muitas vezes são engessadas em métodos ultrapassados e que atualmente são formas de violação de direitos das gestantes por exemplo o uso desnecessário de episiotomia, uso excessivo de medicamentos e restrição dos movimentos da mulher, lembrando que algumas práticas obstétricas não são em si violentas, passando a ser assim entendidas apenas quando utilizadas inadvertidamente, por imposição ou em discordância com as evidências científicas (Katz *et al.*, 2020). Mas seja como for há a necessidade de que se haja uma reestruturação dos modelos de assistência para que ocorra mudança desse cenário. Em vez de técnicas agressivas muitas vezes usadas, devem ser adotadas competências que priorizem o cuidado e a humanização.

A negligência também é uma manifestação comum de violência e ocorre através da omissão por parte dos profissionais seja na hora de educar, na hora de intervir, ou na hora de tratar com indiferenças as emoções da mulher, banalizando seus desejos, por exemplo quando negam o direito de acompanhante. Dessa forma, é importante repensar a formação dos profissionais enfermeiros generalistas, que por vezes, reproduzem as violências nos ambientes de trabalho, uma vez que não tiveram a oportunidade de serem capacitados durante a graduação sobre a identificação dos diversos tipos de violência obstétrica e como atuar durante o parto e puerpério de forma humanizada e a formação acadêmica dos profissionais em geral deve ser utilizada como maneira de reformulação do cenário obstétrico (Mendes *et al.*, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O combate à violência obstétrica ainda é um desafio, pois há diversas lacunas que precisam ser preenchidas para que esse problema de saúde venha a extinguir. Ações como a falta de informação por parte das mulheres, a relação hierárquica entre os profissionais de saúde e as pacientes, um modelo de técnicas invasivas e ultrapassadas são alguns dos fatores que devem ser alterados para que essa realidade seja mudada.

O fortalecimento do modelo de assistência humanizada deve ser prioritário, com a implementação de projetos educacionais que visem à disseminação de informações durante o pré-natal e ao longo de todo o processo gestacional. Além disso, é essencial que a formação acadêmica inclua uma abordagem aprofundada sobre os riscos da violência obstétrica, promovendo uma maior conscientização entre futuros profissionais. Nesse contexto, a enfermagem desempenha um papel fundamental, tanto na assistência direta quanto na educação das gestantes, sendo crucial que enfermeiros estejam capacitados e motivados para atuar com ética e respeito aos direitos humanos.

O encorajamento e incentivo aos profissionais de enfermagem são indispensáveis para que possam atuar de forma motivada e com a mais alta ética. A realização de treinamentos focados em ética profissional e na promoção dos direitos humanos é essencial para estabelecer um ambiente de cuidado que seja verdadeiramente respeitoso e seguro.

Todas essas mudanças sólidas precisam acontecer para que o cenário atual da violência seja renovado e extinto, as relações humanas entre profissionais e pacientes são um dos focos primários para o início dessa mudança. Por fim, é importante lembrar que os profissionais de saúde, em especial os enfermeiros, possuem um papel essencial no cuidado com a mulher. A eles é confiado automaticamente um papel de respeito e confiança, que deve ser honrado em todas as suas ações.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRIA, Samara Teles de *et al.* Violência obstétrica na perspectiva dos profissionais de enfermagem envolvidos na assistência ao parto. **Cult Cuid**, 23(53):119-28, 2019. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/91758/1/CultCuid_53-119-128.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.
- ALMEIDA, Joseneide Viana de *et al.* Percepção das puérperas de um hospital materno infantil sobre a violência obstétrica no estado de Roraima. **Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**; 14: 11680, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuernj/article/view/11680>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- CASTRO, Natália Rayanne Souza *et al.* Violência obstétrica na percepção de puérperas em uma maternidade pública do norte do Brasil. **Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**; 15: 12625, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuernj/article/view/12625> Acesso em: 16 mar. 2024.
- CASTRO, Antonia Tainá Bezerra *et al.* Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura. **Ver. Enfermagem em Foco**, 11(1):176-81, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1103027> Acesso em: 12 mar. 2024.
- CABRAL, Ana Lúcia de Medeiros *et al.* Sistematização da assistência de enfermagem em obstetrícia: estruturação de um banco de dados. **Revista Nursing (Ed. bras., Impr.)**, São Paulo, v.24, n. 282, p. 6455-6461, nov. 2021.
- CRESWELL, John Ward. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto / John W. Creswell. **Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva**. - 3.ed. - Porto Alegre: Artmed, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Amanda de Alencar Pereira *et al.* Concepção de puérperas sobre violência obstétrica: Revisão integrativa. **Rev. Nursing (Ed. bras., Impr.)**; 25(292): 8592-8603, set. 2022. Disponível em: <https://revistanursing.com.br/index.php/nursing/article/view/1247> Acesso em: 16 mar. 2024.
- GOMES, Amanda de Alencar Pereira *et al.* O saber de estudantes da área de saúde sobre violência obstétrica: Revisão integrativa. **Rev. Nursing (Ed. bras., Impr.)**; 25(292): 8556-8565, set. 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1399171>. Acesso em: 16 mar. 2024.

HENRIQUES, T. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. Violência obstétrica: um desafio para saúde pública no Brasil. **Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro**. Página Grená [online]. Rio de Janeiro, 2021.

ITO, André Silveira *et al.* Exercício pelo enfermeiro da advocacia em saúde em defesa do paciente: revisão integrativa. **Research, Society and Development [online]**, v. 10, n. 10, 2021.

KATZ, L *et al.* Quem tem medo da violência obstétrica? . **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, (20):2:623-626, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/RDwVm7ZV3DksbRBsKLBwXjw/?lang=en> Acesso em: 12 mar. 2024.

LANSKY, Sônia Souza Kleyde Ventura de *et al.* Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.27, n.12, p. 2811, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.30102017> Acesso em: 12 mar. 2024.

LEITE, Tatiana Henriques *et al.* Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 483-491, fev., 2022. Disponível em: scielo.br/j/csc/a/vWq9rQQg8B8GhcTb3xZ9Lsj/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 16 mar. 2024.

MATOS, Mariana Gouvêa de *et al.* Violência obstétrica e trauma no parto: o relato das mães. **Psicologia: Ciência e Profissão** 2021 v. 41, e219616, 1-13.2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003219616> Acesso em: 16 mar. 2024.

MOLLA, W. Violência obstétrica e fatores associados entre mulheres durante o parto baseado em instalações na Zona Gedeo, Sul da Etiópia. **BMC Gravidez Parto**, v. 22, n. 265, 2022.

NASCIMENTO, David Ederson Moreira do *et al.* Vivências sobre violência obstétrica: Boas práticas de enfermagem na assistência ao parto. **Nursing (Ed. bras., Impr.)**; 25(291): 8242-8253, ago.2022. Disponível em: <https://revistanursing.com.br/index.php/nursing/article/view/1112> Acesso em: 16 mar. 2024.

ORSO, L. F. Violência Obstétrica: experiência da equipe multidisciplinar em saúde. **Revista de Enfermagem UFPE [online]**, v. 15, n. 2, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1291979> Acesso em 17 mar. 2024.

PAIVA, Antonia de Maria Gomes *et al.* Representações sociais da violência obstétrica para puérperas e profissionais da saúde: análise fatorial de correspondência. **Cogitare Enferm.** 2022, v27:e75198, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/75198> Acesso em: 16 mar. 2024.

RODRIGUES, G. T. *et al.* Incidentes na assistência das parturientes e recém-nascidos: perspectivas das enfermeiras e médicos. **Escola Anna Nery Rev. Enferm** ; 25 (2): 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-81452021000200450&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 16 mar. 2024.

SBMFC - **Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**. Violência Obstétrica. 2020. Disponível em: <https://www.sbmfc.org.br/noticias/violencia-obstetrica-post-2-da-serie-16-dias/> Acesso em: 16 mar. 2024.

SENS, Maristela Muller *et al.* A percepção dos médicos sobre as dimensões da violência obstétrica e/ou institucional. Interface - **Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e170915, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/jQy8NkBxxx5Zgw3wrpnPY9n/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 mar. 2024.

SILVA, Bruna Natiele *et al.* Violência obstétrica na percepção da enfermagem: Revisão integrativa. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 05, Ed. 12, v. 05, pp. 26-45, dez., 2020.

SILVA, Francisca Martins. *et al.* Sentimentos causados pela violência obstétrica em mulheres de Município do Nordeste Brasileiro. **Revista Prevenção de Infecção e Saúde**. Campina Grande, v.3, n.º4, p. 25-34, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/nupcis/article/view/6924>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SILVA, Thalita Monteiro da. *et al.* Violência obstétrica: a abordagem da temática na formação de enfermeiros obstétricos. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 33, p. eAPE20190146, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/C8VTQNXNTEF8whR9QFbQvZDP/#> Acesso em: 16 mar. 2024.

SOUZA, Maria Patrícia Vitorino de *et al.* Violência obstétrica: fatores desencadeantes e medidas preventivas de enfermagem. **Revista Nursing (Ed. bras., Impr.)** v. 12, n. 79, p. 6015-6019, 2021. Disponível em: <https://www.indexf.com/nursing/article/view/6015> Acesso em: 16 mar. 2024.

TRAJANO, Amanda Reis *et al.* Violência obstétrica na visão de profissionais de saúde: a questão de gênero como definidora da assistência ao parto. **Interface (Botucatu, Online)**; 25: e200689, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/PDnDR5XtNdJy47fkKRW6qcw/> Acesso em: 16 mar. 2024.

ZAAMI, Simona. *et al.* Episiotomia sempre iguala violência em obstetrícia? Episiotomia rotineira e seletiva na prática obstétrica e questões legais. **Eur Rev Med Pharmacol Sci.**, p. 1847-1854, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30915726/> Acesso em: 16 mar. 2024

ZAMPAS, Cristina *et al.* Operacionalizando uma abordagem baseada em direitos humanos para enfrentar os maus-tratos contra as mulheres durante o parto. **Health**

and Human Rights, v.22, n.01, p. 251-264, 2020. Disponível em:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7348458/> Acesso em: 16 mar. 2024